

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO: UM OLHAR PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL, EM CODÓ-MA

Evelen Kaísa da Silva ¹
Tercília Mária da Cruz Silva ²

RESUMO

Este trabalho analisa a implementação das políticas educacionais do Ensino Médio em uma escola da rede estadual, no município de Codó-MA, destacando os desafios enfrentados na gestão de recursos e programas governamentais. Desse modo, busca analisar os marcos teóricos e legislações educacionais relativos ao Ensino Médio e compreender como as políticas educacionais nacionais, se incorporam em nível local. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, fundamentada em autores como Santos (2019) e Souza (2017) e nos marcos legais Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Nacional de Educação e a Lei nº 13.415/2017, e estudo de campo onde realizou entrevistas com a equipe gestora da escola para compreender a aplicação prática de programas, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), entre outros. Os resultados evidenciam que embora as políticas educacionais existam no papel, sua efetiva implementação nas escolas públicas enfrenta inúmeros obstáculos. Conclui a importância da efetiva materialização e implementação de políticas públicas de âmbito nacional que garantam não apenas a previsão orçamentária, mas também a regularidade, suficiência e eficácia dos repasses, acompanhados de mecanismos de controle e transparência, assegurando o direito à educação com equidade e qualidade.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Ensino Médio; Programas educacionais.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais configuram-se como um conjunto de diretrizes e ações estabelecidas por instâncias governamentais, destinadas a estruturar, orientar e fortalecer o sistema educacional brasileiro. Tais políticas abrangem dimensões como currículo, formação docente, financiamento, inclusão social e mecanismos de avaliação, buscando assegurar qualidade e equidade no acesso à educação (Souza, 2017). No contexto atual, a

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, evelen.ks@discente.ufma.br;

² Professora orientadora: Mestra em Educação, Docente no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, tercilia.mcs@ufma.br.



análise da efetividade dessas políticas, sobretudo no ensino médio, torna-se essencial para compreender os desafios de sua implementação nas realidades locais.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a implementação das políticas educacionais em uma escola da rede estadual, localizada no município de Codó, Maranhão. A instituição, situada em uma região de vulnerabilidade socioeconômica, apresenta características que permitem refletir sobre as condições reais de execução dos programas educacionais e de gestão dos recursos públicos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Tem como objetivos específicos: a) analisar os marcos teóricos e legislações educacionais relativos ao Ensino Médio; b) compreender como as políticas educacionais nacionais, se incorporam em nível local.

A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, foi realizada por meio de entrevista com a equipe gestora da escola, no dia 06 de setembro de 2024, e observação direta da infraestrutura e das dinâmicas administrativas. Fundamenta-se em autores como Santos (2019) e Souza (2017), bem como em marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação e a Lei nº 13.415/2017, que reorganiza o ensino médio no Brasil.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender como as políticas públicas, concebidas em âmbito nacional, são materializadas em contextos locais marcados por limitações estruturais e financeiras. Ao investigar especificamente esse caso, busca-se evidenciar as lacunas entre a formulação das políticas e sua execução prática, ressaltando a importância de mecanismos mais eficientes de repasse, controle e transparência dos recursos educacionais.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, voltada à compreensão das condições de implementação das políticas educacionais no contexto escolar. Essa abordagem foi escolhida por possibilitar a análise aprofundada das percepções e práticas dos gestores em relação aos programas governamentais, permitindo compreender a realidade educacional em sua complexidade e singularidade (Santos, 2019).

O estudo foi realizado por meio de pesquisa de campo, ocorrida no dia 06 de setembro de 2024 em uma escola pública de nível médio localizada no município de Codó, Maranhão. A coleta de dados ocorreu durante visita presencial à instituição, quando



foram observadas as condições de infraestrutura, o ambiente escolar e os aspectos administrativos e pedagógicos.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada com a equipe gestora da escola, composta pelo diretor administrativo e pelo diretor financeiro. As entrevistas permitiram levantar informações sobre os programas educacionais implementados, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Escola Conectada e o Programa Bolsa Família (PBF), além de identificar desafios enfrentados na execução e gestão desses programas.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e descritiva, tomando como base as falas dos entrevistados e os referenciais teóricos consultados. Os resultados foram sistematizados a partir de categorias analíticas relacionadas à gestão financeira, infraestrutura escolar, participação estudantil e efetividade das políticas públicas. Essa etapa buscou relacionar as informações empíricas às teorias que discutem a implementação e a eficácia das políticas educacionais no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das políticas educacionais, como instrumentos que visam garantir o direito à educação e promover a equidade, não pode se restringir à sua dimensão legal (LDB, PNE, etc.), mas deve, necessariamente, ser estendida à sua aplicação prática, onde as contradições e tensionalidades se manifestam de maneira mais evidente, como se observa no contexto do Complexo Educacional em estudo. É nesse campo das práxis que se evidencia a disputa sobre a função social da escola e o próprio sentido do conhecimento escolar.

Neste sentido, a crítica de José Carlos Libâneo (2016) é fundamental. O autor argumenta que as políticas educacionais brasileiras, frequentemente alinhadas às diretrizes de organismos internacionais, têm promovido um "desfiguramento da escola e do conhecimento escolar", culminando no estabelecimento de um "dualismo perverso". Este dualismo consiste em destinar uma escola de excelência acadêmica e formação cultural a grupos sociais privilegiados, enquanto a grande maioria dos estudantes de classes populares é relegada a uma escola de "acolhimento social". Nessa lógica, a função pedagógica é secundarizada em favor de políticas compensatórias e assistenciais (como programas de combate à pobreza e evasão), que, embora necessárias, acabam por reduzir



o currículo a um conjunto de competências e habilidades instrumentais, desvinculadas de uma base conceitual robusta, perpetuando, assim, a desigualdade educacional.

Em diálogo com a necessidade de defender a centralidade do conteúdo, a perspectiva de Michael Young (2007) é crucial. Young postula que a principal função da escola é prover o acesso ao "conhecimento poderoso" (*powerful knowledge*). Este não é meramente o conhecimento cotidiano ou prático que o aluno já possui, mas sim o conhecimento especializado, sistemático e universal, que tem a capacidade de transcender as experiências imediatas e restritas do indivíduo. É o conhecimento que, ao transformar a maneira como o aluno pensa e compreende o mundo, oferece as reais condições para a sua emancipação e para a contestação das injustiças sociais. A tensão aqui reside no risco de as políticas educacionais, ao tentarem "adequar" o currículo à realidade local dos estudantes de maneira excessiva, acabarem por negar-lhes o acesso a esse saber potente e universal, essencial para romper o ciclo da exclusão social.

Portanto, a análise das políticas educacionais no Complexo Educacional deve ser conduzida a partir desta ótica crítica, investigando como as normativas federais se traduzem no chão da escola e como as tensões entre o ideal de equidade e a realidade da precarização se manifestam na gestão dos recursos, na valorização (ou desvalorização) do conhecimento e, sobretudo, na garantia do direito ao saber de qualidade para todos os estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa evidenciou de maneira clara os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais no contexto da rede pública estadual. A partir das entrevistas com a equipe gestora, foi possível identificar tanto os avanços promovidos pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) quanto as limitações práticas que dificultam sua efetivação.

Em relação aos programas executados pela escola, constatou-se a presença de diversas ações de âmbito federal e estadual, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Escola Conectada e o Programa Bolsa Família (PBF), além do Fundo Estadual de Educação (FEE), destinado à manutenção de aspectos básicos da infraestrutura. Tais programas são essenciais para a sustentação do funcionamento escolar e para a garantia de direitos educacionais, especialmente em regiões socialmente vulneráveis.



Contudo, verificou-se que a insuficiência e a irregularidade dos repasses financeiros comprometem diretamente a efetividade das políticas públicas. O valor destinado ao PNAE, de R\$ 0,45 por aluno, foi apontado como inadequado para garantir merenda escolar de qualidade, levando a escola a oferecer alimentação apenas três vezes por semana. Essa limitação financeira, além de prejudicar a permanência dos alunos, revela a distância entre o planejamento das políticas públicas e as condições reais de sua execução (Peixinho, 2013).

Outro ponto destacado pela equipe gestora foi a falta de regularidade nos repasses do PDDE, o que gera dificuldades na manutenção da escola. Em alguns períodos, os recursos não são liberados, obrigando os gestores a custear pequenas despesas com recursos próprios, o que evidencia a fragilidade da gestão pública na execução orçamentária. Esse cenário reflete o que Schneider (2014) descreve como “o descompasso entre a formulação teórica das políticas educacionais e sua operacionalização no cotidiano escolar”.

Apesar das dificuldades estruturais, a instituição se destaca positivamente pela qualidade de sua infraestrutura e pelo incentivo à participação estudantil, por meio de um Grêmio Estudantil ativo que promove o protagonismo juvenil. Essa iniciativa fortalece a relação entre escola e comunidade, mostrando que, mesmo diante de limitações financeiras, o engajamento coletivo pode gerar práticas democráticas e transformadoras no ambiente escolar.

Portanto, os resultados demonstram que, embora as políticas educacionais estejam presentes e sejam fundamentais para o funcionamento da escola, sua implementação prática ainda é marcada por desigualdades, atrasos e insuficiência de recursos. A experiência dessa instituição confirma a necessidade de maior investimento, transparência e acompanhamento na execução dos programas educacionais, de modo a garantir que as políticas públicas cumpram efetivamente seus objetivos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida nessa instituição evidenciou que, embora as políticas educacionais sejam fundamentais, sua implementação enfrenta obstáculos como a insuficiência e irregularidade dos recursos destinados às escolas públicas. Programas como o PNAE e o PDDE, apesar de essenciais, não garantem condições adequadas de funcionamento, o que sobrecarrega a gestão escolar. Por outro lado, a instituição



apresenta aspectos positivos, como boa infraestrutura e incentivo ao protagonismo estudantil, que fortalecem a participação e o vínculo entre escola e comunidade.

Conclui-se que a efetividade das políticas educacionais depende de maior regularidade, suficiência e transparência nos repasses financeiros, para que as escolas públicas possam cumprir plenamente sua função social e assegurar uma educação de qualidade e equitativa.

REFERÊNCIAS

FAVERO, O. HORTA, J. S. B. FRIGOTTO, G. **Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas.** Cad. Pesqui. [online]. 1992, n.83, pp.5-14. ISSN 0100-1574.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 159, p. 38-63, jan./mar.

PEIXINHO, A. M. L. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional.** Artigo Ciênc. saúde coletiva 18 (4) Abr 2013.

SANTOS, L. F. (2019). **Metodologia de pesquisa em educação: diretrizes para elaboração de relatórios.** São Paulo: Editora ABC.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas.** Revista de Educação PUC-Campinas, n. 24, p. 07-16, 2008.

SCHNEIDER, M. P. **Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo.** Educ. Puc. [on-line]. 2014, vol.19, n.01, pp.05-13. ISSN 1519-3993.

SOUZA, M. A. (2017). **Políticas educacionais no Brasil: história, desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora XYZ.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

